

Como se constrói territorialmente a descolonialidade nas políticas públicas? Reflexões sobre a Cultura Viva Comunitária na Argentina

¿Cómo se construye territorialmente la descolonialidad en las políticas públicas? Reflexiones sobre la Cultura Viva Comunitaria en Argentina

How is territorial decoloniality constructed in public policies? Reflections on the Live Culture Community in Argentina

Dr. Juan Ignacio Brizuela¹

Prof. Dr. José Márcio Barros²

Resumo

Pretendemos refletir neste texto sobre a construção territorial da Cultura Viva Comunitária na Argentina, dando visibilidade aos diversos interesses e projetos políticos em disputa na atualidade. Embasamos estas ponderações nas práticas culturais, artísticas e intelectuais de organizações territoriais de base sedimentadas em localidades suburbanas e metropolitanas da província de Buenos Aires. Estes grupos comunitários estão vinculados ao movimento da Cultura Viva Comunitária na América Latina, além de participar de redes de cooperação cultural latino-americanas e caribenhas. Observamos nestas instituições culturais uma construção territorial autônoma que se relaciona de forma contraditória com os territórios estatais, empresariais e do resto das organizações da sociedade civil. O território, tradicionalmente associado ao Estado, se manifesta de formas difusas, cooperativas e conflitantes nestas instituições culturais, explicitando uma complexidade na construção de políticas públicas da cultura que merece um estudo aprofundado. Sendo assim, destacamos uma indissociabilidade entre território e políticas culturais, registrando o conjunto de intervenções que se disputam o poder material e simbólico – geográfico no sentido amplo – nos aglomerados onde atuam estes grupos artísticos organizados. Finalmente, nos perguntamos sobre a possibilidade de uma construção territorial descolonial nas políticas públicas para a diversidade na América Latina e quais os desdobramentos teóricos e práticos desta alternativa.

Palavras-chave: Cultura Viva Comunitária, Descolonialidade, Diversidade Cultural, Políticas Culturais, Território.

Resumen

Pretendemos reflexionar en este texto sobre la construcción territorial de la Cultura Viva Comunitaria en Argentina, dando visibilidad a los diversos intereses y proyectos políticos en disputa en la actualidad. Fundamentamos estas ponderaciones en las prácticas culturales, artísticas e intelectuales de organizaciones

¹ Doutor em Cultura e Sociedade pelo IHAC/UFBA; Pesquisador do Observatório da Diversidade Cultural – ODC; Salvador, Bahia, Brasil; juanbrizuela.gpc@gmail.com. Trabalho apresentado no I Seminário Latino-Americano de Estudos em Cultura – SEMLACult, Foz do Iguaçu/PR, Brasil, 2017.

² Doutor em Comunicação e Cultura pela UFRJ; Professor da Faculdade de Políticas Públicas da Universidade Estadual de Minas Gerais – UEMG; Fundador e Coordenador do Observatório da Diversidade Cultural – ODC; Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil; josemarciobarros@gmail.com.

territoriales de base sedimentadas en localidades suburbanas y metropolitanas de la provincia de Buenos Aires. Estos grupos comunitarios están vinculados al movimiento de la Cultura Viva Comunitaria en América Latina, además de participar de redes de cooperación cultural latinoamericanas y caribeñas. Observamos en estas instituciones culturales una construcción territorial autónoma que se relaciona de forma contradictoria con los territoriales estatales, empresariales y del resto de las organizaciones de la sociedad civil. El territorio, tradicionalmente asociado al Estado, se manifiesta de formas difusas, cooperativas y conflictivas en estas instituciones culturales, explicitando una complejidad en la construcción de políticas públicas de cultura que merece un estudio más profundo. Siendo así, destacamos una indisociabilidad entre territorio y políticas culturales, registrando el conjunto de intervenciones que se disputan el poder material y simbólico – geográfico en el sentido amplio – en los aglomerados donde actúan estos grupos artísticos organizados. Finalmente, nos preguntamos sobre la posibilidad de una construcción territorial descolonial en las políticas públicas para la diversidad en América Latina y cuáles serían los desdoblamientos teóricos y prácticos de esta alternativa.

Palabras-clave: Cultura Viva Comunitaria, Descolonialidad, Diversidad Cultural, Políticas Culturales, Territorio.

Abstract

In this text, we seek to reflect on the territorial construction of the Live Culture Community in Argentina, giving visibility to the various interests and political projects currently in dispute. We base these considerations on the cultural, artistic and intellectual practices of grassroots territorial organizations existing in suburban and metropolitan locations in the province of Buenos Aires. These community groups are linked to the Live Culture Community movement in Latin America, as well as participate in Latin American and Caribbean cultural cooperation networks. In these cultural institutions, we observe an autonomous territorial construction that is related in a contradictory way to the state territory, business, and other civil society organizations. The territory, traditionally associated with the State, is manifested in diffuse, cooperative, and conflictive forms in these cultural institutions, revealing a complex construction of public policies of culture that merits a deeper study. Thus, we highlight an inseparability between territory and cultural policies, analyzing the set of interventions that compete for material and symbolic power - geographical in the broad sense - in the agglomerates where these organized artistic groups act. Finally, we explore the possibility of a territorial construction of decoloniality in public policies for diversity in Latin America and what would be the theoretical and practical implications of this alternative.

Keywords: Cultural Diversity, Cultural Policies, Decoloniality, Live Culture Community, Territory.

1. Introdução

Em 2015, realizamos uma pesquisa exploratória de campo no chamado *conurbano bonaerense*, área metropolitana da Cidade Autônoma de Buenos Aires, que possui quase 15 milhões de habitantes e agrupa mais de um terço da população argentina. A partir desta experiência, buscamos refletir neste artigo sobre as relações complexas e contraditórias – de disputa, cooperação e conflito – que observamos na construção territorial dos Estados (nas diferentes esferas de atuação), das empresas privadas, das instituições sociais e dos grupos artísticos que atuam no dia a dia dos bairros do conurbano. Com apoio do professor Daniel Mato da *Universidad Nacional de Tres de Febrero* (UNTREF), dialogamos com diversos atores, pesquisadores e organizações culturais da região metropolitana que vêm participando,

desde 2009, da construção do projeto *Puntos de Cultura* na Argentina e da plataforma / movimento Cultura Viva Comunitária na América Latina. O foco principal desta pesquisa recaiu sobre uma organização comunitária chamada *Culebrón Timbal*, localizada no Partido (região administrativa) de Moreno, um dos distritos com mais baixo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) de todos os 135 que conformam a província de Buenos Aires, em geral, e também o mais pobre dos 24 que fazem parte do conurbano bonaerense, em particular (BUENOS AIRES, 2005; BALDONI, 2011). Buscamos, assim, estudar a construção territorial de uma política cultural “de baixo para cima”, em uma região profundamente desigual e, ao mesmo tempo, riquíssima em diversidade cultural, conforme detalharemos ao longo do artigo. Almejamos, ainda, contribuir para a reflexão teórico-metodológica sobre a construção territorial da descolonialidade nas políticas públicas de cultura. Para tanto, levaremos em conta visões culturais e práticas artísticas das próprias organizações e de suas lideranças e ativistas políticos, em diálogo com referências teóricas e acadêmicas da América Latina.

2. O território visto de cá para lá: um percurso pelas desigualdades sociais do conurbano bonaerense

A experiência de realizar o deslocamento e visitar os territórios de atuação do *Culebrón Timbal*, no conurbano bonaerense, partindo da reitoria da UNTREF, lugar onde desenvolvemos algumas atividades de pesquisa básica, agregou conhecimento bastante significativo em relação às profundas desigualdades territoriais existentes na Argentina. A sede da reitoria da mencionada instituição pública da província de Buenos Aires fica, paradoxalmente, no exclusivo bairro de Recoleta, zona norte da Capital Federal. Nesta região, são milhares os atrativos turísticos, artísticos e culturais, especialmente para consumidores de alto poder aquisitivo. Porém, a localização dificulta alternativas de almoço e lanches para os trabalhadores da universidade com salários médios e baixos, que são maioria na instituição. Esta segmentação econômica e social se traduz, também, em uma enorme barreira social que impede que qualquer morador das áreas suburbanas da metrópole, como é o caso da localidade de *Cuartel V*, em Moreno, tenha acesso a esta grande quantidade de ofertas artísticas e culturais nos bairros da chamada “cidade mais europeia da América Latina”.

E como faria um habitante da nobre Recoleta para ir ao *Culebrón Timbal*, em *Cuartel V*, e prestigiar um espetáculo comunitário local? A melhor alternativa é pegar o metrô e ir até

a estação Constituição. O problema é que, como bem lembra Milton Santos (2000), os bairros das grandes metrópoles estão carregados de ideologia³. Sendo assim, a ideia de ir da zona norte para a zona sul e, especialmente, descer na estação de serviços públicos multimodal de Constituição, é o suficiente para dissuadir os moradores da zona nobre a se dirigir para um local “perigoso”, repleto de “bolivianos e paraguaios” ou, ainda, lotado de “negros” argentinos.

Caso o cidadão não desista da experiência, pode fazer uma conexão e ir até Retiro, outro terminal que, além de conectar metrô a linhas de ônibus, inclui o serviço de trem metropolitano para o conurbano. Cada um destes trajetos de metrô demora cerca de 15 minutos, aproximadamente. A linha do metrô que conecta os bairros da zona norte está equipada com ar condicionado e bancos de plástico de duvidosa comodidade. Já a linha que faz o percurso de Constituição até Retiro, a mais utilizada pelo “povão”, ainda não dispõe de ar condicionado, mas os assentos, quando não há superlotação, costumam ser um pouco mais confortáveis, ainda que pouco higienizados pela empresa terceirizada prestadora do serviço.

Já em Retiro, é preciso pegar um trem até a estação de José C. Paz. São 50 minutos de trajeto em modernos vagões chineses zero quilômetro adquiridos durante o governo de Cristina Kirchner, investimento que melhorou substancialmente a qualidade da viagem para o conurbano. O problema é que, mesmo sendo novos, os vagões costumam apresentar falhas durante as horas de “pico”. Nestes momentos, a “barbárie” se apodera dos passageiros, que empurram uns aos outros na disputa por vagas ínfimas, pouco importando se entre eles existam mulheres, idosos ou crianças. Tumultos como estes geram a intervenção da *Gendarmeria*, força policial do governo nacional, uma das mais respeitadas e (ao que parece) menos corrompidas do Estado Nacional.

O município de Moreno está localizado no chamado terceiro cordão do conurbano bonaerense. Para chegar a esse destino, é necessário pegar um ônibus na estação do município vizinho de José C. Paz, o 365 Stefani ou Lujan. Quando tivemos a oportunidade de realizar esse trajeto, por mero desconhecimento, esperamos mais de 50 minutos pelo ônibus, até que percebemos que a linha *Sancho* – que saía com maior frequência – também nos levava para o prédio *La Huella*, onde se encontra o atual ponto de cultura do Culebrón Timbal.

³ “O nosso meio ambiente nos é entregue como ideologia: ‘o bairro perigoso’, a ‘favela assassina’, o ‘bairro residencial’. O discurso da chamada realidade já é ideológico. [...] Um dos dados essenciais de nossa época é que o ideológico tornou-se ‘verdadeiro’, porque está nas coisas. Ele próprio tornou-se coisa. E coisas que nascem com significado outorgado” (SANTOS, 2000, p. 34).

Todo este percurso foi realizado para chegarmos, naquela sexta-feira, 18 de dezembro de 2015, à entrega dos prêmios "*Cultura y Democracia Participativa*". Tal premiação, que ocorre desde 2007, consiste numa distinção que, segundo os seus organizadores, se outorga a grupos, organizações e instituições que promovem dia a dia uma democracia mais ampla, comunitária e popular, a partir da arte, da cultura e da comunicação. A noite estava um pouco fria. Compareceram cerca de trinta pessoas, menos do que o esperado pelos anfitriões. À medida que iam recebendo os prêmios, os convidados especiais iam saindo, regressando para as suas casas, porque voltar de noite nesse território é considerado, mais uma vez, perigoso e, no mínimo, arriscado, por ser pouco transitado, com escassa luminosidade e mal sinalizado. As apresentações artísticas da noite foram uma *comparsa* juvenil da zona (espécie de pequeno bloco de samba), o circo de rua *Lona Preta*, vindos de Brasil em turnê pela Argentina, e o baile final ficou por conta de um grupo local de *cumbia* que não chegou a tocar devido a problemas técnicos e, também, por falta de público.

Essa vivência do "*Hedor de América*" (fedor, cheiro fétido) relatado por Rodolfo Kusch há mais de cinco décadas [1961] pode ser muito desestimulante para aqueles que não conhecem o projeto e valorizam uma experiência mais tradicional, pulcra e higiênica no sentido kusheano, de consumo cultural para o entretenimento e distração. A sensação é de angústia, longe do conforto do mercado capitalista e da impossibilidade de se queixar contra o poder público. Contudo, uma vez que assumimos o fedor americano e o sentimento de desamparo é enfrentado, lembrando as reflexões de Kusch⁴, torna-se perceptível uma construção autônoma e alternativa de ofertas culturais e artísticas, com outra lógica de funcionamento e fruição. São práticas micro e pontuais, mas que se articulam entre si e, apesar de invisíveis para a grande mídia, são importantes para a comunidade local, mesmo que esta possua apenas algumas dezenas ou centenas de moradores. Neste território, não existem muitas alternativas culturais e artísticas. Sendo assim, é diária a luta que este tipo de oferta e dinâmicas artísticas enfrentam para disputar com o comércio ilegal de drogas os lugares e atenção das pessoas. Isso porque o narcotráfico continua conquistando amplo espaço, subsidiado por meio de grandes investimentos de empresários da região que buscam

⁴ "El hedor es tremendo porque revive un mundo superado. Implica el miedo al desamparo, algo así como se abandonara el hogar para exponerse a la lluvia y al viento. [...] Es un miedo antiguo como la especie que los pulcros remediaron con el progreso y la técnica [...]. No estamos muy seguros de lo que hemos logrado y el hedor nos recuerda esa inseguridad" (KUSCH, 2013, p. 35-36).

um retorno econômico a partir de um dos negócios mais lucrativos do capitalismo contemporâneo.

Na Área Metropolitana de Buenos Aires (AMBA) existem, naturalmente, diversos interesses culturais, políticos e econômicos em jogo, e que nem sempre são convergentes. Contudo, acreditamos que nessas localidades suburbanas as disputas territoriais são mais explícitas do que, por exemplo, na Capital Federal. Isto sucede, possivelmente, em virtude da capacidade territorial de atuação do Estado ainda ser precária nestas regiões. Sendo assim, observamos territórios estatais e não estatais em construção, permanentemente ativados, negociados e contestados em alianças complexas e contraditórias. Os atores destes projetos políticos de disputa territorial são organismos governamentais de distintos níveis de gestão (município, província ou nação), empresas privadas capitalistas, além de grupos culturais e comunitários organizados a partir de demandas mais ou menos sedimentadas de setores completamente heterogêneos.

Além disso, no conurbano bonaerense é impossível falar em gestão e políticas públicas sem falar em território. Contudo, não é o território associado tradicionalmente ao Estado, mas à construção territorial que se realiza nas práticas políticas cotidianas, no dia a dia das organizações sociais, comunitárias e culturais. De alguma forma, a capacidade territorial das lideranças e instituições políticas do conurbano – sejam estatais ou não – está diretamente relacionada com o enfrentamento das necessidades e problemáticas da comunidade. Além disso, o poder territorial se traduz na habilidade para realizar tarefas de sensibilização e mobilização das pessoas e/ou, também, de contê-las para tentar evitar conflitos e protestos políticos, a depender do caso.

Descrever o contexto geográfico e territorial de um município é ir além da sua realidade físico-material, das obras de infraestrutura ou dos serviços de logística e transporte. Uma perspectiva territorial profunda e comprometida, como a que propõe Milton Santos, nos obriga a pensar as conexões que existem entre os diversos sistemas humanos da localidade, nas interações e contradições internas e externas que existem nos distintos segmentos, além da indissociabilidade entre o sentido simbólico e cultural das ações junto à materialidade dos objetos que lhe servem de suporte.

3. Território e Políticas Culturais na América Profunda: por um estudo geocultural das políticas públicas

Um ponto que nos chamou bastante a atenção durante a pesquisa de campo foi o reconhecimento da indiscutível capacidade territorial do Culebrón Timbal perante as organizações, lideranças e coletivos culturais da região metropolitana de Buenos Aires. Que características tão expressivas são reconhecidas como territoriais? Esboçamos algumas interpretações possíveis a partir de nossa vivência e pesquisa junto a eles. A hipótese que nos guia é que esta construção territorial não é única e exclusiva desta organização, mas inclui, em maior ou menor medida, a todos os coletivos organizados e experiências artísticas e culturais locais.

Um primeiro elemento fundamental na construção territorial é a capacidade de sobrevivência e adaptação às circunstâncias do contexto local. Não é comum conhecer um projeto coletivo artístico e cultural que tenha sobrevivido a mais de três décadas. E o que chama a atenção para além do tempo de existência dessa iniciativa é a forma como consegue se manter e agir em contextos adversos e, por vezes, diretamente hostis. O projeto começou como uma banda musical, sem apoio da indústria cultural comercial e, escolhendo alternativas autogestionárias, passou a realizar as suas produções culturais de forma autônoma através de canais solidários e sem fins lucrativos. Em cada equipamento cultural que consegue articular para desenvolver as suas atividades, o Culebrón Timbal se vincula diretamente com os vizinhos e realiza trabalhos artísticos e culturais comunitários. E não se trata de uma instrumentalização da cultura, conforme apontado por Yúdice (2002) ou Ochoa (2002), mas de uma utilização consciente do potencial político das práticas artísticas, mais vinculados a tradições anarquistas e socialistas, comunitárias ou, no mínimo, não capitalistas.

Uma vez instalados no conurbano bonaerense, em uma área semirrural menos favorecida na região, o projeto se fortaleceu mais uma vez a partir de laços solidários e cooperativos com organizações, cuja finalidade não era estritamente “cultural”. As articulações com cooperativas de trabalho, entidades religiosas, partidos políticos vinculados ao campo popular, clubes esportivos amadores, entre outros, são indispensáveis para a sobrevivência mútua. Trata-se, portanto, de uma organização que parece aproveitar ao máximo os recursos endógenos e comunitários, além de usufruir, claro, dos eventuais apoios político partidários, estatais ou até empresariais que possam circunstancialmente aparecer, mas sem depender exclusivamente de nenhum deles. E aí radica a sua fortaleza territorial,

pois se trata da sedimentação, articulação e consciência coletiva da capacidade de sobrevivência do projeto que, embora possa parecer frágil diante da enorme dificuldade de obtenção de recursos econômicos para sustentação do crescente equipamento cultural coletivo, demonstrou possuir uma grande capacidade de manutenção e até expansão de atividades ao longo dos anos. Não é qualquer instituição que consegue se manter nessa localidade de forma autônoma e colaborativa, com fortes laços cooperativos, familiares e comunitários.

Outra forma de compreender a atuação territorial do Culebron Timbal é por meio da sua capacidade de mobilização. Várias das suas lideranças são integrantes orgânicos de estruturas partidárias e é uma prática tradicional nos partidos políticos a realização de mobilizações para visibilizar e ocupar as ruas, o que acontece com bastante expertise e capacidade de convocatória. Sem entrar na questão ético-ideológica que possa estar presente nesse tipo de manifestação, o concreto é que não são muitos os coletivos da região que conseguem fazer articulações semelhantes nas ruas de Buenos Aires.

Observamos outro tipo de indicador territorial na habilidade de incorporar moradores e habitantes da região nas atividades organizadas pelo coletivo, incluindo lideranças e cargos dirigentes, como é o caso do Richard, atual coordenador do coletivo. Além da quantidade de pessoas que participam das atividades, um ponto importante a ser enfatizado é que a oferta cultural e artística desta instituição só faz sentido se ela realmente for aproveitada pelos moradores e vizinhos da zona. Esta proposta de participação territorial também faz parte de outros coletivos, notadamente no teatro e rádios comunitárias: a participação e envolvimento dos moradores locais é fundamental para dotar de sentido às práticas destas instituições de base.

Embora a banda musical ou os integrantes da instituição possam viajar e fazer intervenções em diversas localidades, o principal indicador de “sucesso” territorial está na participação efetiva dos moradores nas atividades propostas. Ou seja, os integrantes do coletivo Culebrón Timbal são um espécie de “profetas na sua própria terra”. E isto requer um esforço de adaptação permanente e de sedução, especialmente dos jovens diante de outras possibilidades de fruição que oferece o mercado capitalista, como o consumo de drogas, o tráfico de armas e de pessoas, bem como a oferta de manifestações culturais mais lucrativas.

Em síntese, é uma luta pelo uso do tempo livre, pelos usos da cultura que são, ao mesmo tempo, usos do território pelos moradores da região. E é uma disputa com desdobramentos políticos e materiais concretos que, de forma desigual e combinada, se manifestam nesta localidade de maneira mais explícita no seu componente territorial do que em outras localidades urbanas e acadêmicas, onde esse elo territorial está tão desgastado a ponto de parecer ter sido “desterritorializado” – conforme registram Santos (2012) e Haesbaerth (2006) de forma mais explícita, e Kusch (2012) de maneira implícita na sua crítica à construção geocultural das cidades, especialmente de Buenos Aires, no século XX.

A questão territorial aparece, também, em vários documentos que tem o Culebrón Timbal como protagonista. Por exemplo, o livro “*La democracia que queremos es posible: el Movimiento por la Carta Popular*” (BALDONI, 2011) registra o território como germe de uma nova política em construção. Fundamentado em uma pesquisa realizada pela Universidad Nacional de General Sarmiento – UNGS, o livro destaca que mais de 50% das instituições sociais da região nordeste da província de Buenos Aires (neste caso, estão incluídos os partidos de Moreno, José C. Paz, Malvinas Argentinas e San Miguel) são organizações territoriais de base, enquanto apenas 13% são ONGs. Tal informação evidencia o grau de associativismo dos setores populares: “El territorio y las organizaciones sociales de base aparecen así como espacios de integración, como espacio de construcción identitario y como fuente de subsistencia económica” (p. 65).

O documento afirma, ainda, que a nível territorial primeiro se discute os problemas do bairro, logo os da região e finalmente os temas mais gerais. Sendo assim, os principais atores desse contexto não são os partidos políticos, mas organizações sociais comunitárias, instituições intermediárias e associações de vizinhos e vizinhas vinculados a problemáticas territoriais. Busca-se, desta forma, manter as tradições de **organização e participação** como práticas políticas que o modelo liberal tenta permanentemente enfraquecer. Ou seja, **o território se materializa em práticas concretas** e as políticas culturais que este coletivo impulsiona promovem a articulação de organizações sociais, meios de comunicação comunitários e artistas locais para tentar resolver problemáticas territoriais mais amplas. A democracia participativa, com protagonismo popular, é territorial na medida em que combina organização com participação efetiva dos setores populares da região, os que estão sendo e sobrevivendo à condição existencial da indigência, conforme vislumbrava Kusch há mais de quatro décadas atrás. O território é o solo, segundo Kusch, na medida em que é a capa fértil

do espaço geográfico. Nesse sentido, é ação material, decisão de enfrentar um contexto adverso e manter-se vivo. Ainda mais, a luta política é pelo estar sendo, pela construção territorial e democrática como utopia, como possibilidade, conforme registra esta organização no próprio título e lema “a democracia que queremos é possível”.

4. Por uma outra construção territorial: o papel do Culebrón Timbal nas redes metropolitanas e continentais da Cultura Viva Comunitária

Por que essa organização territorial de base – como se autocalifica – se distingue na construção dos Pontos de Cultura da Argentina e nas articulações da rede Cultura Viva Comunitária na América Latina? Expliquemos. Dez anos depois do lançamento do disco “Territorio”, Eduardo Balán – vocalista da banda e um dos intelectuais orgânicos do projeto – participou de diversos eventos no Brasil: em janeiro de 2009, no Fórum Social Mundial (FSM) em Belém do Pará; em setembro, no Seminário Cultura e Protagonismo Social em Brasília, com a presença de parlamentares do Mercosul – PARLASUR que, posteriormente em dezembro do mesmo ano aprovaram o projeto para incorporar o Programa Pontos de Cultura em todos os países do bloco econômico regional.

Balán participou da mesa do FSM, o que contribuiu para impulsionar a “territorialização” do Programa Pontos de Cultura na Argentina. Sob o título “Políticas culturais e construção de cidadania”, participaram Célio Turino (então Secretario de Cidadania Cultural do Ministério de Cultura do Brasil e idealizador do Programa Cultura Viva), Eduardo Balán (enquanto referente da “Plataforma Puente - Cultura Viva Comunitaria”), Emiliano Fuentes Firmani (assessor da ex Secretaria de Cultura da Nação da Argentina), Adriano Paes Mauris e Marcelo Palmares (representantes de Pontos de Cultura no Brasil e do Grupo de Teatro Comunitário de São Paulo “Pombas Urbanas”).

Posicionados no contexto histórico e regional, o ano de 2009 refletiu uma circunstância excepcional de vínculos fortes entre movimentos sociais e culturais de base territorial e os governos populares do Mercosul, com vários presidentes também presentes no FSM, como Fernando Lugo, do Paraguai; Evo Morales, da Bolívia; Luiz Inacio Lula da Silva, do Brasil; Rafael Correa, do Equador e o mandatário da Venezuela, Hugo Chávez. Embora não tenham participado do FSM Michelle Bachelet, do Chile, Tabaré Vázquez, do Uruguai e Cristina Fernández de Kirchner, da Argentina, eles completavam o panorama de governos de

centro-esquerda no poder naquele ano. Essa circunstância de relações “carnais” entre o Estado e os movimentos sociais e comunitários se traduziu, também, no protagonismo destas lideranças territoriais na elaboração de políticas culturais. Foi essa articulação e pressão cidadã que permitiu, até o final de 2009, que o momento explícito de sintonia entre governos e grupos culturais organizados nos territórios se transformasse numa declaração do PARLASUR, que promoveu a implantação do Programa Pontos de Cultura em todos os países do bloco.

Na volta ao território, Balán, no movimento Cultura Viva Comunitária (CVC), e Fuentes Firmani, na Secretaria de Cultura da Nação, junto com outros dirigentes culturais, começaram a impulsionar diversas iniciativas que foram a semente do Programa Pontos de Cultura, finalmente aprovado e implementado pelo governo argentino em 2011. Porém, o projeto aprovado em forma de decreto, e não de lei, pelo governo de Cristina Kirchner não foi o elaborado diretamente pelas organizações vinculadas ao movimento da Cultura Viva Comunitária. O principal entrave foi o fato de o projeto de lei apresentado pelas organizações culturais ter fixado um percentual do orçamento nacional em 0,1% para a criação de um fundo de cultura que apoiasse as iniciativas comunitárias. Além disso, as conexões das lideranças do movimento CVC com partidos políticos que estavam, nesse momento, ou no governo ou na oposição, terminaram gerando disputas e acusações de “aparelhamento” de cada um dos setores, enfraquecendo o movimento e desarticulando muitas demandas e iniciativas registradas até aquele momento.

Por outro lado, a primeira convocatória de projetos dos pontos de cultura – oficializada no dia 16 de agosto de 2011 pelo Secretario de Cultura da Nação, Jorge Coscia – foi realizada na associação de teatro comunitário Grupo Catalinas Sur, localizado no bairro de La Boca, Ciudad Autónoma de Buenos Aires (CABA). Este ato relativamente pequeno não deixa de ser altamente significativo em relação à abrangência das políticas culturais e deste programa em particular. Por um lado, porque se escolheu um equipamento cultural não oficial, localizado no sul da CABA, onde as desigualdades sociais e as necessidades básicas são muito maiores do que nos bairros do norte do distrito federal. Além disso, porque este grupo faz parte da Aliança Metropolitana de Transformação Social, confluência de quatro grandes associações civis da região metropolitana de Buenos Aires, juntas desde 2003: Culebrón Timbal e Crear Vale la Pena, da província de Buenos Aires; Circuito Cultural Barracas e o próprio Catalinas Sur da CABA. Dessa forma, a proposta da Secretaria era trabalhar desde o início junto às

organizações sociais da forma mais horizontal possível, embora nas visitas que realizamos a este equipamento cultural em particular, durante a pesquisa de campo, os integrantes relataram ter se sentido usados pela SCN para obter uma maior legitimidade e crédito político desta iniciativa.

De qualquer forma, o que nos interessa visibilizar são os vínculos entre estas organizações em forma de rede desde 2003. Ainda mais, conforme registrado por Bittner e Faisal (2007, p. 40) todas elas começaram a aprofundar estes vínculos no seio da Rede Latino-americana de Arte e Transformação Social. Financiados pela Fundação AVINA, os coletivos realizam “viagens sinérgicas” pelo Brasil, Chile e Peru entre 2003 e 2005. No Chile, por exemplo, foi publicado o manifesto Arte Transformador, que foi utilizado para nomear a página web deste projeto em particular, atualmente desativada. Segue o texto do manifesto:

Manifiesto Arte Transformador

Soñamos el sueño colectivo de una América Transformada desde el corazón creativo.

Un desafío desmesurado en la lucha por dignidad y equidad: ¡La felicidad es posible!

Creemos en la fuerza que genera la comunidad humana como una corriente luminosa de fraternidad universal.

Sentimos esa energía por el corazón, la vemos con nuestros ojos, con la mano la vamos trabajando, con la unión la vamos rescatando y enriquecemos.

Ella transforma el mundo, y se expresa especialmente a través del poder del Arte.

Esa energía creadora que va transformando día a día nuestro continente.

Podemos irradiar posibilidades de desarrollo de nuestras comunidades en una explosión creativa y con diversidad de miradas, para re significar Latinoamérica y transformar el mañana en hoy.

¡Acción ya!

Hagamos juntos la cultura de una Nueva Sociedad, cada vez más democrática y justa.

Más allá del tiempo que nos lleve y de todo el amor que nos lleve, este camino no tiene retorno, es el camino de la libertad. Hagamos una fiesta latinoamericana de justicia y equidad con la fuerza que llega de nuestras prácticas y nuestros sueños compartidos.

Una revolución que late a través de la verdad humana de un ARTE TRASFORMADOR. Organicemos nuestras fragilidades en nuevas fortalezas.

¡¡Belleza siempre!!

POR EL ARTE Y LA CULTURA!!!

Fonte: Rede Latino-americana de Arte e Transformação Social do Peru, disponível em: <<https://rlatsperu.wordpress.com/manifiesto/>>. Acesso em: 10 ago. 2017.

A rede foi se ampliando a nível latino-americano, incorporando até 2007 organizações artísticas de Bolívia, Uruguai, Guatemala, Costa Rica, Honduras Colômbia e México. Em 2010, conforme relatado por Alexandre Santini (2015), foi realizado na cidade de Medellín um encontro com mais de 100 organizações culturais comunitárias da América Latina, incluindo

o Culebrón Timbal, que se articularam na rede continental “Plataforma Puente Cultura Viva Comunitaria”. Finalmente, em maio de 2013, foi essa rede que organizou o I Congresso da Cultura Viva Comunitária, realizado em La Paz, na Bolívia, com cerca de 1200 participantes de 17 países americanos. Ou seja, muito antes de conhecer objetivamente a iniciativa dos pontos de cultura, estes projetos culturais já estavam realizando trocas, movimentos e construções territoriais pelo continente, e esse intercâmbio foi o sedimento das articulações dos Pontos de Cultura e da Cultura Viva Comunitária na América Latina, culminando no I Congresso da Cultura Viva Comunitária.

Interessa-nos registrar que da mesma forma que a construção territorial das políticas culturais no conurbano inclui conflitos e disputas, a territorialização transnacional do programa pontos de cultura também habilitou projetos políticos em disputa. Mas isto não acontece só nas políticas públicas estatais. A construção do movimento transnacional não estatal da CVC também tem projetos políticos em disputa e, neste sentido, territórios em conflito. A diferença está na existência de certa equidade na diversidade das organizações comunitárias que participam deste movimento. Não é esse o caso nas políticas e programas estatais, ou mesmo de organismos internacionais governamentais como o Mercosul, onde os diversos poderes, alianças no governo de turno e articulações partidárias dificultam a consolidação destes projetos advindos dos setores comunitários.

Assim sendo, este relato que realizamos sobre os projetos políticos em disputa no programa Pontos de Cultura da Argentina no contexto de atuação do Culebrón Timbal buscou dar visibilidades a estes atores não estatais com grande capacidade de atuação territorial. Capacidade essa que não pode ser negligenciada nas análises contemporâneas de estudo das políticas culturais na América Latina.

5. A proposta de um estudo descolonial das políticas públicas na América Latina

Diante do exposto, como interpretamos estas iniciativas de políticas culturais transnacionais a partir das reflexões teóricas vinculadas à descolonialidade? Pensemos na América Latina como espaço geográfico ou, pelo menos, como subespaço geográfico para não perder de vista a ideia de totalidade, seja cultural-antropológica ou espacial-geográfica. Como formação espacial sociocultural, América Latina é um conjunto de sistemas de objetos e sistemas de ações. Ela não se reduz à soma das suas partes, mas tampouco pode apreciar-se

na sua totalidade, a não ser de forma analítica, se pensamos na matriz conceitual de Milton Santos, ou universalmente deformada pela gravidade do solo, em Rodolfo Kusch. Ou seja, quando enxergamos este particular processo político-cultural de perto, o da integração latino-americana, o que observamos é um conjunto de intervenções territoriais, parafraseando a definição de Néstor García Canclini (1990), permanente, insociável das práticas artísticas e culturais de milhares de indivíduos, organizações sociais e grupos comunitários organizados que atuam para o seu fortalecimento e capilaridade no contexto de Estados Nacionais e de uma lógica capitalista de mercado, territorializadas por diversos gestores culturais e sedimentadas em objetos geográficos. Situados como pesquisadores neste contexto americano, que não é o melhor dos mundos, mas que precisamos assumir de forma solidária e consciente, registramos nas iniciativas de organizações e Pontos de Cultura da Argentina uma demonstração clara da impossibilidade de explicar e descrever essa política cultural particular apenas considerando o contexto nacional, o oitocentista “território estatalizado”.

Se estas organizações territoriais de base, como se autodenominam, não estão situadas apenas no contexto espacial argentino, em que dimensão geográfica estão paradas? Se a política cultural é abertamente transnacional, não estaria sendo construída, precisamente, uma articulação territorial supranacional equivalente? O Estado, o Mercado e até a Sociedade Civil, enquanto categorias analíticas modernas da realidade social, não explicam estas práticas na sua totalidade. Precisamente, que atores são os que efetivamente estão elaborando, executando e disputando simbólica e materialmente, ou seja, territorialmente, esta iniciativa pública? Acontece que esta construção territorial descolonial é diferente da deformação espacial realizada pelos estados modernos no século XIX e pelos agentes do mercado capitalista mundial atual. Embora tenha diferenças, não é tão desigual e violenta como a realizada pelos Estados, nem radicalmente autoritária e vertical como a realizada pelo mercado capitalista.

Ainda mais, como garantir uma participação emancipadora dos habitantes de um determinado território na execução das políticas públicas? Esta pergunta já é difícil de responder em qualquer comunidade urbana moderna, ainda mais em realidades semirrurais e interculturais como as que estamos analisando neste artigo. É necessário problematizar, neste sentido, o que se entende por participação e território tanto nas perspectivas modernas estatais monoculturais quanto nas realidades comunitárias plurinacionais vinculadas a práticas de descolonização cultural. Considera-se também a necessidade de se questionar a compreensão das políticas públicas nestes contextos. Sem dúvida, a definição tradicional de conjunto de

intervenções elaboradas e executadas pelo Estado resulta insuficiente, mesmo nas democracias modernas representativas. Sendo assim, podemos afirmar que existe uma elaboração e execução de políticas públicas não estatais? E se isto fosse possível, que tipo de gestão pública participativa se registra neste tipo de territórios comunitários? Embora este tipo de práticas descoloniais se associe na maioria das vezes com comunidades indígenas, quilombolas e afrodescendentes demarcadas territorialmente pelos Estados, a nossa hipótese de trabalho é que estas políticas públicas construídas de baixo para cima além de se referirem às chamadas comunidades tradicionais e/ou identitárias, incluem também às formas de participação, convivência e gestão do espaço metropolitano habitado. São territórios com uma presença precária e esporádica da máquina estatal, distantes da lógica especulativa do mercado imobiliário.

Existem políticas públicas comunitárias e descoloniais invisibilizadas tanto pelo Estado, quanto pelo Mercado, por parcelas significativas da Sociedade Civil, e que restam igualmente desconhecidas para pesquisadores acadêmicos e estudiosos. Entendemos que, antes de pensar em “incluir” estas formas alternativas de participação em estruturas formais do Estado, é necessário reconhecer a existência destas práticas emancipadoras e, neste sentido, descoloniais. Buscamos compreender as possibilidades de se colocar em diálogo – e visibilizar o conflito – destas diversas construções territoriais, que revelem visões e práticas distintas e divergentes sobre políticas públicas, participação e interculturalidade.

6. Conclusões

Nossa orientação explícita sobre a noção de cultura acionada enquanto pesquisadores e estudiosos da área, fundamentada principalmente a partir das reflexões de Rodolfo Kusch, Milton Santos e Néstor García Canclini, é de que existe uma dimensão espacial nas políticas culturais, no sentido amplo, e uma indissociabilidade entre cultura e território que supõe uma redefinição em termos de visões, teorias, metodologias e formas de avaliação e acompanhamento e estudo das políticas culturais na América Latina. Isto se materializa em práticas políticas concretas, em estudos acadêmicos, em teorias e posturas metodológicas, especialmente no campo das políticas culturais, mas não exclusivamente, além de manifestar-se em programas públicos estatais e nos movimentos sociais e comunitários como os que descrevemos neste artigo. Em outras palavras, o espaço geocultural latino-americano está

sendo construído territorialmente há décadas, até séculos, e continua sendo sedimentado e disputado.

Assim sendo, o processo de territorialização de uma política cultural é um processo de ocupação do espaço geográfico. Porém, essa territorialização não é unívoca e depende da perspectiva geocultural do agrupamento e/ou atores protagonistas dessa construção. Em termos gerais, o processo de territorialização do Estado moderno supõe um determinado tipo de ocupação a partir do monopólio legítimo estatal, teoricamente, no exercício da força física. O processo de territorialização do mercado capitalista se realiza a partir de uma ocupação patrimonialista do espaço geográfico, apoiado – de forma explícita ou implícita, por ação ou omissão – pelo Estado moderno. Não existe possibilidade alguma, pelo menos no contexto latino-americano, da manutenção das relações capitalistas de produção sem intervenção deliberada, seja ativa ou omissa, do Estado. Por isso, muitas vezes, a territorialização estatal é confundida com a construção territorial do mercado capitalista, como observamos nesta pesquisa exploratória realizada na área metropolitana de Buenos Aires.

Desta forma, o processo de territorialização não estatal e não capitalista realizado por estes agrupamentos humanos, pelas organizações sociais, tem diferenças, principalmente em relação ao caráter horizontal das suas relações. Além disso, esta política cultural se propõe, de forma orgânica e instintiva, a partir da carência constitutiva – em termos de Kusch – e da necessidade cultural, na sua acepção mais profunda, a dotar de sentido as nossas práticas e construir territórios descoloniais de forma autônoma e participativa. Isto não significa que não existam verticalidades, tentativas de apropriações privadas e de exclusão e/ou conflito entre os agrupamentos culturais. Contudo, nada parecido ao tipo de apropriação autoritária e vertical realizada pelo Estado moderno e pelo mercado capitalista.

Existe um processo de ocupação do espaço geográfico, de construção territorial que leva séculos no contexto latino-americano. Esta ação não é de apropriação exclusiva e excludente, conforme mandato da política cultural moderna eurocentrada, e sim de incorporação no território, de *fazer parte de*, *formar parte dele* e, neste sentido, de pensar o território como sujeito coletivo, questão que a ciência moderna rejeita por tachar de “primitiva”, “animista”, “telúrica” ou diretamente não acadêmica. Contudo, estamos falando de uma construção cultural milenar profunda, que não pode ser fotografada, mas que está aí, como núcleo seminal e fundamento de milhares de experiências artísticas e culturais do continente. E que temos enormes dificuldades de abranger metodologicamente, explorar

academicamente sem deturpá-la, mas que assumimos o risco de deformá-la e de deformar-nos nessa busca pelo acerto fundante que nos ajude a encontrar, enquanto sujeitos e pesquisadores, a nossa cultura e endereço existencial no planeta, nos lugares cotidianos de ação e reflexão com a cultura.

Referências

- BALDONI, César (Comp.). *La democracia que queremos es posible: el movimiento por la Carta Popular*. Buenos Aires: CTA Ediciones, 2011.
- BITTNER, Astrid Cecilia; FAISAL Valeria Inés. *Alianza Metropolitana de Arte y Transformación Social: análisis de una experiencia de trabajo en red*. Tesina de grado. Lic. Ciencias de la Comunicación Social, Universidad de Buenos Aires (UBA). Tutora prof. Daniela Bruno. Dezembro 2007. 103 p.
- BUENOS AIRES. *Informe sobre Desarrollo Humano en la Provincia de Buenos Aires 2004-2005*. La Plata: Fundación Banco de la Provincia de Buenos Aires, 2005. Disponível em: <http://hdr.undp.org/sites/default/files/argentina_buenos_aires_2004_2005_sp.pdf> Acesso em: 10 ago. 2017.
- GARCÍA CANCLINI, Néstor. Introducción. Políticas Culturales y crisis de desarrollo: un balance latinoamericano. In: GARCÍA CANCLINI, N. (ed.). *Políticas Culturales en América Latina*. México: Grijalbo, 1990 [1987].
- HAESBAERT, Rogério. *O mito da desterritorialização: do fim dos “territórios” à multiterritorialidade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006 [2004].
- KUSCH, Rodolfo. El Hedor de América. In: TASAT, J.; PEREZ, P. (coord.). *El Hedor de América: Reflexiones interdisciplinarias a 50 años de la América Profunda de Rodolfo Kusch*. Buenos Aires: UNTREF-CCC, 2013. p. 35-36 [1961].
- _____. *América Profunda*. Rosario: Fund. Ross, 2012 [1962].
- OCHOA, Ana María. Políticas culturales, academia y sociedad. In: MATO, D. (coord.): *Estudios y Otras Prácticas Intelectuales Latinoamericanas en Cultura y Poder*. Caracas: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales (CLACSO) y CEAP, FACES, Universidad Central de Venezuela. p. 213-224.
- SANTINI, Alexadre. Cultura Viva y la construcción de un repertorio común para las políticas culturales en América Latina. *Programa Iberculturaviva da OEI*. Brasília, 21 set. 2015. Disponível em: <<http://iberculturaviva.org/cultura-viva-e-a-construcao-de-um-repertorio-comum-para-as-politicas-culturais-na-america-latina/?lang=es>> Acesso em: 10 ago. 2017.
- SANTOS, Milton. *Território e sociedade: Entrevista com Milton Santos*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2000.

_____. *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. 4ª ed. 7ª reimp.
São Paulo: Edusp, 2012 [1996].

YÚDICE, George. *El recurso de la cultura: Usos de la cultura en la era global*. Barcelona:
Gedisa, 2002.